

A evolução da dívida externa brasileira

Alcides S. Amaral *

Com o avanço das negociações do governo brasileiro com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem havido muita especulação – e desinformação – com relação à participação do setor financeiro privado nesse desejável “pacote” de suporte ao nosso país. Pouca ou nenhuma importância daríamos ao assunto – tais desencontros são comuns quando o assunto endividamento externo entra em discussão – caso ele não estivesse fazendo tanto mal ao País numa hora crítica em que as “más” notícias têm um peso gigantesco enquanto as “boas” praticamente se evaporam com o raiar de um novo dia.

Beneficiados que fomos por ter presenciado a crise externa dos anos 80 – moratória, negociações malsucedidas, etc. –, de ter participado da implementação do Plano Brady nos anos 91/94 e de estarmos, hoje, acompanhando de perto o desenrolar dessa nova etapa do Brasil junto às autoridades financeiras internacionais, não podemos nos furtar de tentar mostrar as grandes

diferenças existentes entre a crise dos anos 80 e a fase de ajustes pela qual estamos passando.

É importante, pois, lembrar que a crise dos anos 80 foi o corolário da bonança dos anos 70, quando, por força da grande oferta de petrodólares, os bancos internacionais assumiram grandes posições junto a empresas e governos dos países então chamados “em desenvolvimento”. Os dólares dos árabes – resultado do aumento brutal do petróleo – eram depositados nos bancos que, com tal excesso de liquidez, passaram a efetuar empréstimos maciços a países ávidos por tais recursos, como era o nosso caso. O “milagre brasileiro” acontecia, os recursos eram abundantes, muita coisa boa ficou – Itaípu, por exemplo –, mas sobrou endividamento que o setor público não conseguia manter – continuar enrolando,

Na crise dos anos 80, os bancos tiveram que arcar com os prejuízos pelo excessivo apetite na recic